



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.003.113 - SP (2016/0274839-6)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : CLAUDIA ANDRADE PENNINCK
ADVOGADO : JORGE JOÃO BURUNZUZIAN - SP099894
AGRAVADO : CONDOMINIO EDIFICIO ARPOADOR
ADVOGADO : CIBELE SANTOS DA CRUZ E OUTRO(S) - SP172711

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO ESPECIAL PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. INTEMPESTIVIDADE DO AGRAVO NOS PRÓPRIOS AUTOS. FERIADO LOCAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO NA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. ART. 1.003, § 6º, CPC/2015. DECISÃO MANTIDA.

1. O prazo para interposição do agravo em recurso especial é de 15 (quinze) dias úteis, a teor do que dispõem os arts. 219, *caput*, e 1.003, § 5º, do CPC/2015.

2. O art. 1.003, § 6º, do CPC/2015 preceitua que o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso. Precedente da Corte Especial. Ressalva de entendimento pessoal do Relator.

3. No caso, o agravo foi interposto após o lapso legal, sendo que, apesar de afirmar a existência de feriado local, a recorrente não apresentou, no momento da interposição, documento apto a comprovar a alegada suspensão do prazo.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

A Quarta Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Marco Buzzi, Lázaro Guimarães (Desembargador convocado do TRF 5ª Região), Luis Felipe Salomão e Maria Isabel Gallotti votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília-DF, 05 de dezembro de 2017(Data do Julgamento)

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CERTIDÃO DE JULGAMENTO QUARTA TURMA

Número Registro: 2016/0274839-6 PROCESSO ELETRÔNICO AgInt no
AREsp 1.003.113 /
SP

Números Origem: 002030207160 00837438220128260002 06023035420088260002 20150000669156
20150000773393 2030207160 6023035420088260002 837438220128260002

PAUTA: 03/08/2017

JULGADO: 03/08/2017

Relator

Exmo. Sr. Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Presidente da Sessão

Exma. Sra. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **ANTÔNIO CARLOS PESSOA LINS**

Secretária

Dra. **TERESA HELENA DA ROCHA BASEVI**

AUTUAÇÃO

AGRAVANTE : CLAUDIA ANDRADE PENNINCK
ADVOGADO : JORGE JOÃO BURUNZUZIAN - SP099894
AGRAVADO : CONDOMINIO EDIFICIO ARPOADOR
ADVOGADO : CIBELE SANTOS DA CRUZ E OUTRO(S) - SP172711

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Coisas - Propriedade - Condomínio em Edifício

AGRAVO INTERNO

AGRAVANTE : CLAUDIA ANDRADE PENNINCK
ADVOGADO : JORGE JOÃO BURUNZUZIAN - SP099894
AGRAVADO : CONDOMINIO EDIFICIO ARPOADOR
ADVOGADO : CIBELE SANTOS DA CRUZ E OUTRO(S) - SP172711

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia QUARTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Adiado para a próxima sessão por indicação do Sr. Ministro Relator



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CERTIDÃO DE JULGAMENTO QUARTA TURMA

Número Registro: 2016/0274839-6 PROCESSO ELETRÔNICO AgInt no
AREsp 1.003.113 /
SP

Números Origem: 002030207160 00837438220128260002 06023035420088260002 20150000669156
20150000773393 2030207160 6023035420088260002 837438220128260002

PAUTA: 03/08/2017

JULGADO: 08/08/2017

Relator

Exmo. Sr. Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Presidente da Sessão

Exma. Sra. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **HUMBERTO JACQUES DE MEDEIROS**

Secretária

Dra. **TERESA HELENA DA ROCHA BASEVI**

AUTUAÇÃO

AGRAVANTE : CLAUDIA ANDRADE PENNINCK
ADVOGADO : JORGE JOÃO BURUNZUZIAN - SP099894
AGRAVADO : CONDOMINIO EDIFICIO ARPOADOR
ADVOGADO : CIBELE SANTOS DA CRUZ E OUTRO(S) - SP172711

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Coisas - Propriedade - Condomínio em Edifício

AGRAVO INTERNO

AGRAVANTE : CLAUDIA ANDRADE PENNINCK
ADVOGADO : JORGE JOÃO BURUNZUZIAN - SP099894
AGRAVADO : CONDOMINIO EDIFICIO ARPOADOR
ADVOGADO : CIBELE SANTOS DA CRUZ E OUTRO(S) - SP172711

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia QUARTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

O presente feito foi retirado de pauta por indicação do Sr. Ministro Relator.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.003.113 - SP (2016/0274839-6)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **CLAUDIA ANDRADE PENNINCK**
ADVOGADO : **JORGE JOÃO BURUNZUIAN - SP099894**
AGRAVADO : **CONDOMINIO EDIFICIO ARPOADOR**
ADVOGADO : **CIBELE SANTOS DA CRUZ E OUTRO(S) - SP172711**

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA (Relator):

Trata-se de agravo interno (e-STJ fls. 229/241), interposto contra decisão da eminente Ministra Presidente desta Corte que não conheceu do agravo nos próprios autos, por intempestividade.

Em suas razões, a agravante defende a tempestividade do agravo em recurso especial, afirmando ter havido suspensão do expediente forense no meio do prazo recursal. Aduz que a comprovação do recesso forense local pode se dar em sede de agravo regimental.

Ao final, pede a reconsideração da decisão monocrática, ou a apreciação do agravo pelo Colegiado.

O agravado apresentou contrarrazões, requerendo o desprovimento do recurso, bem como a aplicação da pena de litigância de má-fé (e-STJ fls. 245/247).

É o relatório.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.003.113 - SP (2016/0274839-6)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : CLAUDIA ANDRADE PENNINCK
ADVOGADO : JORGE JOÃO BURUNZUZIAN - SP099894
AGRAVADO : CONDOMINIO EDIFICIO ARPOADOR
ADVOGADO : CIBELE SANTOS DA CRUZ E OUTRO(S) - SP172711

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO ESPECIAL PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. INTEMPESTIVIDADE DO AGRADO NOS PRÓPRIOS AUTOS. FERIADO LOCAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO NA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. ART. 1.003, § 6º, CPC/2015. DECISÃO MANTIDA.

1. O prazo para interposição do agravo em recurso especial é de 15 (quinze) dias úteis, a teor do que dispõem os arts. 219, *caput*, e 1.003, § 5º, do CPC/2015.

2. O art. 1.003, § 6º, do CPC/2015 preceitua que o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso. Precedente da Corte Especial. Ressalva de entendimento pessoal do Relator.

3. No caso, o agravo foi interposto após o lapso legal, sendo que, apesar de afirmar a existência de feriado local, a recorrente não apresentou, no momento da interposição, documento apto a comprovar a alegada suspensão do prazo.

4. Agravo interno a que se nega provimento.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.003.113 - SP (2016/0274839-6)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : CLAUDIA ANDRADE PENNINCK
ADVOGADO : JORGE JOÃO BURUNZUZHIAN - SP099894
AGRAVADO : CONDOMINIO EDIFICIO ARPOADOR
ADVOGADO : CIBELE SANTOS DA CRUZ E OUTRO(S) - SP172711

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA (Relator): A insurgência não merece acolhida.

A agravante não trouxe nenhum argumento capaz de afastar os termos da decisão agravada, motivo pelo qual deve ser mantida por seus próprios fundamentos (e-STJ fl. 225):

Vistos, etc.

Trata-se de AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, ou, se publicada após 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise dos autos, verifica-se que a parte Recorrente foi intimada da decisão agravada em 18/04/2016, sendo o agravo somente interposto em 11/05/2016.

Dessa forma, inadmissível, porquanto intempestivo, eis que interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VIII, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.042, *caput*, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

A propósito, nos termos do § 6.º do art. 1.003 do mesmo código, "*o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso*", o que impossibilita a regularização posterior.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, NÃO CONHEÇO do recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Os arts. 219, *caput*, e 1.003, § 5º, do CPC/2015 dispõem que o prazo para interposição do agravo em recurso especial é de 15 (quinze) dias úteis.

No caso dos autos, a decisão que inadmitiu o especial foi publicada no DJe de 18/4/2016, segunda-feira (e-STJ fl. 201), tendo-se interposto o agravo somente em 11/5/2016, quarta-feira (e-STJ fl. 203), configurando-se assim a intempestividade.

Apesar de alegar ter havido suspensão do expediente forense no Tribunal de origem, a agravante não a comprovou ao interpor o recurso.

É certo que, na vigência do CPC/1973, prevalecia o entendimento de que a parte poderia comprovar a tempestividade do recurso, em decorrência de feriado local ou



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

de suspensão de expediente forense no Tribunal de origem, no momento da interposição do agravo regimental (AgRg no AREsp 137.141/SE, de minha relatoria, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/9/2012, DJe 15/10/2012).

Com o advento do CPC/2015, todavia, ante a redação de seu art. 1.003, § 6º, alguns julgados desta Corte Superior concluíram pela superação desse posicionamento (cito, p.ex., o AgInt no AREsp n. 996.695/MT, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 6/6/2017, DJe 16/06/2017; o AgInt no AREsp n. 1.055.452/SP, Relator Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 6/6/2017, DJe 12/6/2017; o AgInt no AREsp n. 1.000.002/MG, Relator Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 6/6/2017, DJe 14/6/2017; o AgInt no AREsp n. 1.025.855/MG, Relator Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/5/2017, DJe 26/5/2017; o AgInt no AREsp 975.392/MT, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 27/4/2017, DJe 5/5/2017; e o AgInt no AREsp n. 991.944/GO, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/4/2017, DJe 5/5/2017).

Essa interpretação foi consolidada em recente julgamento, pela Corte Especial do STJ, do Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial n. 957.821/MS, sob a relatoria originária do em. Ministro RAUL ARAÚJO (designada Relatora para acórdão a em. Ministra NANCY ANDRIGHI).

Sob tais circunstâncias, ressalvado o meu entendimento pessoal – formado à luz dos princípios norteadores da novel legislação processual, com destaque para a primazia do julgamento de mérito e considerando, ainda, a previsão do art. 1.029, § 3º, do CPC/2015 –, deve ser reconhecida, com base no art. 927, V, do CPC/2015, a intempestividade do recurso interposto.

Assim, não prosperam as alegações constantes no recurso, incapazes de alterar os fundamentos da decisão impugnada.

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo interno.

É como voto.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CERTIDÃO DE JULGAMENTO QUARTA TURMA

Número Registro: 2016/0274839-6 PROCESSO ELETRÔNICO AgInt no
AREsp 1.003.113 /
SP

Números Origem: 002030207160 00837438220128260002 06023035420088260002 20150000669156
20150000773393 2030207160 6023035420088260002 837438220128260002

PAUTA: 05/12/2017

JULGADO: 05/12/2017

Relator

Exmo. Sr. Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **ANTÔNIO CARLOS PESSOA LINS**

Secretária

Dra. **TERESA HELENA DA ROCHA BASEVI**

AUTUAÇÃO

AGRAVANTE : CLAUDIA ANDRADE PENNINCK
ADVOGADO : JORGE JOÃO BURUNZUZIAN - SP099894
AGRAVADO : CONDOMINIO EDIFICIO ARPOADOR
ADVOGADO : CIBELE SANTOS DA CRUZ E OUTRO(S) - SP172711

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Coisas - Propriedade - Condomínio em Edifício

AGRAVO INTERNO

AGRAVANTE : CLAUDIA ANDRADE PENNINCK
ADVOGADO : JORGE JOÃO BURUNZUZIAN - SP099894
AGRAVADO : CONDOMINIO EDIFICIO ARPOADOR
ADVOGADO : CIBELE SANTOS DA CRUZ E OUTRO(S) - SP172711

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia QUARTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Quarta Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Marco Buzzi, Lázaro Guimarães (Desembargador convocado do TRF 5ª Região), Luis Felipe Salomão e Maria Isabel Gallotti votaram com o Sr. Ministro Relator.